



**Narrativa Jornalística:  
Uma análise do Caso João Pontes no Jornal Novo Horizonte<sup>1</sup>**

Maria Tereza Almeida da SILVA<sup>2</sup>

Karliane Macedo NUNES<sup>3</sup>

Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ – Parintins, AM

**RESUMO:**

Este artigo é parte do trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Amazonas, campus Parintins, no ano de 2011. O objetivo do trabalho foi analisar como o Caso João Pontes, que narra a história de um vereador parintinense envolvido em casos de pedofilia, foi construído do ponto de vista da narrativa jornalística, pelo Jornal Novo Horizonte, mais precisamente nas edições de número 825 a 837, referentes aos meses de maio, junho e julho de 2010, período em que o caso foi amplamente divulgado na mídia. Para tanto, foi utilizado o método da análise pragmática da narrativa jornalística adotado por Gonzaga Motta em diálogo com conceitos jornalísticos, como critérios de noticiabilidade, valores-notícia, objetividade, imparcialidade, isenção e verdade jornalística.

**Palavras-chave:**

Narrativa jornalística - Caso João Pontes – Jornal Novo Horizonte

**Introdução**

A construção narrativa do Caso João Pontes pelo jornal Novo Horizonte é um trabalho de análise que parte do seguinte questionamento: como o caso envolvendo o vereador João Pontes na acusação de crimes sexuais foi construído pelo jornal Novo Horizonte no período de maio a julho de 2010? O trabalho teve como objetivo geral investigar o relato construído pelo jornal Novo Horizonte em relação ao caso João Pontes nos três meses que sucederam sua prisão, a partir da abordagem dos estudos da produção de sentido proposta pela análise pragmática da narrativa jornalística. Entre os objetivos específicos, a proposta foi identificar os critérios jornalísticos, presentes e, os

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Intercom Jr, DT1-GP Jornalismo Impresso - Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte.

<sup>2</sup> Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pelo Instituto e Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ, e-mail: [terezaalmeidareporter@hotmail.com](mailto:terezaalmeidareporter@hotmail.com)

<sup>3</sup>

Professora orientadora do TCC que originou este artigo. É mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia. No período de realização do trabalho atuava como professora do Curso de Comunicação Social – Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ, e-mail: [karlianenunes@yahoo.com.br](mailto:karlianenunes@yahoo.com.br)



ausentes, nas notícias veiculadas sobre o caso e analisar como a narrativa jornalística construída pelo jornal caracterizou o personagem João Pontes.

A escolha do Caso João Pontes se deu por uma reunião de motivos. Do ponto de vista social, por ser um caso polêmico, que envolveu uma autoridade política e, ao mesmo tempo comovente, por ter crianças como vítimas. Não foi um fato que teve uma ou duas matérias divulgadas na imprensa, mas um assunto que rende desdobramentos até hoje no município. No entanto, como forma de sistematizar o estudo, foram tomados para análise, as edições do jornal Novo Horizonte referentes aos três primeiros meses de divulgação do caso na mídia, período em que ocorreram fatos de maior repercussão.

Na escolha do jornal Novo Horizonte, como fonte para este trabalho, foram levados ainda em conta outros fatores. Apesar de Parintins dispor atualmente de mais cinco jornais impressos, (A Folha do Povo, O Jornal da Ilha, O Regional e Repórter Parintins), que também divulgaram o referido caso, o Novo Horizonte foi o que reuniu as condições mais favoráveis para a pesquisa. A principal característica, e tomada como fundamental para a escolha, é o fato de ele ter uma linha editorial bem definida. O Novo Horizonte é um jornal de cunho religioso católico.

Relevante ainda para a escolha foi o fato de ser (entre os citados) o periódico com maior tempo de circulação. O Novo Horizonte circula desde o ano de 1994. Foi também o jornal que apresentou um arquivo organizado e de fácil acesso, com exemplares de todas as edições publicadas desde a fundação.

É sabido que jornais impressos, de modo geral, são uma das categorias de mídias pouco usadas pelas pessoas na obtenção de notícia, uma vez que são vendidos, se comparados a TV e ao Rádio, onde as notícias são acessadas, de forma gratuita, precisando o público dispor apenas de meios para isso, nesse caso aparelhos de rádio ou de TV.

No entanto, o jornal Novo Horizonte faz parte de um sistema de comunicação constituído por rádios FM (Frequência Modulada), AM (Amplitude Modulada) e OT (Ondas Tropicais) que não só anuncia as principais manchetes como na maioria das vezes lê a matéria publicada na íntegra, o que no jornalismo é chamado de *Gillette Press*<sup>4</sup>. Enquanto os demais jornais são disponibilizados apenas em bancas ou entregues aos seus assinantes e contam (algumas vezes) com um *website* para divulgação de suas manchetes principais.

---

<sup>4</sup>Leitura de matéria tirada da mídia impressa. O conceito foi definido pelo teórico Heródoto Barbeiro. Disponível em <<http://www.webmail.faac.unesp.br>>, acessado em 25 de agosto de 2011.



Em relação aos demais impressos, o jornal Novo Horizonte fica em vantagem ao dispor de um conglomerado midiático à sua disposição para a divulgação das manchetes para conhecimento dos leitores. Ou seja, mesmo que o leitor não tenha tido contato com a notícia no jornal impresso, a probabilidade dele ter visto a matéria na TV ou ouvido no rádio é considerável. E foi a reunião destes fatores que levou a escolha do Novo Horizonte como suporte para a análise do caso João Pontes.

O referencial teórico metodológico adotado para este trabalho foi a Análise Pragmática da Narrativa Jornalística, proposta por Gonzaga Motta (2008). Este método toma as notícias como histórias (narrativas no sentido literário) e defende que o leitor tende a interpretar as notícias relacionadas a um mesmo tema como partes de um todo, ou seja, capítulos de um acontecimento maior. Dessa forma, as matérias relacionadas ao caso João Pontes seriam recortes da história que foi contada pelos jornais. Ao final, com a reconstrução desses recortes em um todo significativo, que o autor denominou de acontecimento jornalístico, foi possível entender como foi feita a construção desse caso pelo Novo Horizonte.

### **Características do jornalismo impresso**

O jornal impresso é uma das categorias do jornalismo que se subdivide em radiojornalismo, telejornalismo, webjornalismo, entre outros. Nilson Lage, no livro *Estrutura da Notícia* (2006), define jornal como um “veículo impresso, de tiragem regular, com periodicidade definida, que se apresenta em folhas soltas arrumadas em cadernos (...). (LAGE, 2006, p.73). Se existe algo que define e sustenta a razão de ser de qualquer jornal, seja ele de TV, rádio, internet ou impresso, é a notícia.

Objetividade, atualidade, novidade, imparcialidade, isenção são características dos jornais, que não fazem sentido isoladamente. É por meio da notícia que esses conceitos (ou princípios) devem se manifestar. Nilson Lage define notícia como um “relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante. A estrutura da notícia é lógica; o critério de importância ou interesse envolvido em sua produção é ideológico: atende a fatores psicológicos, comportamentos de mercado, oportunidade, etc,” (LAGE, 2006, p. 73).

Com base nesse conceito de notícia é que foram analisadas as matérias relacionadas ao caso, por entender que ele descreve de forma sintética a definição de notícia da maneira como ela será adotada para esta análise: em forma de narrativas. O



texto do jornal impresso está inserido dentro do que Nilson Lage caracterizou de sistema linguístico. Neste sistema estão inseridos ainda as manchetes, os títulos e as legendas.

A manchete, segundo Lage, é o título principal de um jornal ou de uma página. Eventualmente pode ocorrer uma manchete fotográfica, foto que domina a página. Geralmente a fotografia destacada é a primeira coisa que o leitor contempla numa página (2006, p. 72). A fotografia, salvo raras exceções, em jornal impresso não aparece isolada, ela é um componente usado para completar a informação apresentada no texto.

No jornal impresso texto e fotografia juntam-se, para formar um todo de sentido que tem como objetivo informar, baseado em todos os princípios já explicitados anteriormente, como veracidade, clareza, concisão, atualidade, ineditismo, entre outros. No entanto esses dois elementos não se encontram dispostos nas páginas dos periódicos de maneira aleatória ou desordenada. Existe uma padronização que define de que forma se dá essa arrumação. A esse arranjo, Nilson Lage, denominou de projeto gráfico.

Todos esses elementos, texto, fotografias, manchetes e projeto gráfico foram pensados, entre outras coisas, para dar identidade ao jornal impresso. É o que vai diferenciá-lo, por exemplo, de um livro, de um panfleto ou de qualquer outro objeto que tenha texto e fotografias. Mas a principal característica dessa categoria apontada pelos teóricos é a linguagem jornalística. Ao ser manifestada, no plano do texto escrito, ela deixa traços que caracterizam a narrativa jornalística que é se afirmar como verdadeira. E é justamente esses traços de verdade que foram buscados neste trabalho de análise.

### **Abordagem teórico-metodológica: o jornalismo como narrativa**

O referencial teórico-metodológico adotado no trabalho foi a *Análise Pragmática da Narrativa Jornalística*, proposta por Luiz Gonzaga Motta (2008). Em suma, pode-se dizer que o modelo apresentado por este autor utiliza critérios de análise da narrativa literária adaptados ao jornalismo. Em seis etapas de diagnóstico, que ele chamou de movimentos, torna-se possível: 1) recompor a intriga ou acontecimento jornalístico; 2) identificar os conflitos e a funcionalidade dos episódios; 3) perceber como foram construídas as personagens jornalísticas (no nível discursivo); 4) entender as estratégias comunicativas adotadas pelos autores das notícias; 5) apontar a relação comunicativa e o “contrato cognitivo” entre os produtores e leitores e, por fim, 6) identificar os significados de fundo moral ou fábula da história.



A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística parte da premissa de que os discursos narrativos midiáticos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem a operações e opções (modos) linguísticas e extralinguísticas para realizar certas intenções e objetivos. Motta afirma que, a organização narrativa do discurso midiático, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória. A narrativa realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produz certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados) (MOTTA, 2008, p. 144).

Gonzaga Motta ressalta, no entanto, que a narrativa jornalística, apesar das semelhanças, difere da literária em diversos aspectos. E uma diferença fundamental está na forma como os fatos são apresentados. Enquanto na narrativa literária há uma sucessão de fatos, em jornalismo ocorre o relato de uma série de fatos, a partir do fato mais importante ou interessante. Em suma, quando aplicada ao jornalismo, a narrativa não trata simplesmente de narrar os acontecimentos, mas de expô-los, diz Lage (2006, p. 17). E a narrativa vai aparecer no jornalismo principalmente por meio das notícias.

Segundo Motta (2008), muitas notícias e reportagens que são publicadas nos jornais possuem a característica da narrativa literária, ou seja, têm começo, meio e fim e podem ser analisadas isoladamente por possuírem unidade integral. No entanto ele adverte que, pelo método de análise pragmática da narrativa jornalística a opção será pela análise de um conjunto de notícias isoladas sobre um mesmo tema publicadas dia após dia e que aparentemente possuem narratividade. A proposta é integrar essas notícias isoladas em um conjunto significativo solidário, como uma história única que ele denominou de acontecimento jornalístico (MOTTA, 2008, p. 145).

### **Descrição do Caso João Pontes**

Resumidamente, pode-se dizer que o caso João Pontes tratou de notícias relacionadas ao envolvimento, prisão e condenação, do vereador João Nascimento Pontes pela acusação de crime de abuso e exploração sexual de meninas menores de idade no município de Parintins. A denúncia do vereador pelo Ministério Público Estadual, que culminou na sua prisão, ocorreu dias antes da indicação do nome do parlamentar para assumir o cargo de presidente da Câmara Municipal de Parintins, no dia 27 de abril de 2010.

João Nascimento Pontes estava em seu primeiro mandato como vereador. Empresário do ramo de navegação, ele se candidatou ao cargo pelo PTB, e foi eleito nas

eleições de 2008, para o mandato de quatro anos. No período de campanha usava o sobrenome “Bacú”<sup>5</sup>. Era um político de pouca expressão e que dificilmente aparecia nos noticiários locais. No entanto, após a acusação de envolvimento em crimes sexuais, o vereador passou a ser pauta quase que diária dos jornais, principalmente locais, e alguns estaduais.

O Caso João Pontes foi muito extenso, tendo matérias divulgadas até os dias atuais. Portanto, como forma de delimitar o corpo da pesquisa e também de sistematizar o estudo, a análise foi restrita aos três primeiros meses de divulgação do caso. Esse período compreendeu as edições, do jornal Novo Horizonte, publicadas nos meses de maio, junho e julho de 2010.

Este intervalo de tempo foi considerado também o período em que o caso ficou em maior evidência na mídia. Das 13 edições, oito traziam alguma matéria relacionada ao caso. O trabalho de conclusão de curso, que originou esse artigo, tomou como objeto de análise todas essas matérias publicadas nas edições acima descritas. Mas, para este trabalho, será apresentada a análise da primeira matéria pelo fato de não comportar nesse espaço a apresentação de todas e por ter sido ela a mais representativa do ponto de vista dos elementos analisados. Com base nesta análise torna-se possível saber como foram feitas as demais e como se chegou a síntese do caso, que será apresentada posteriormente.

## Matéria 01



Figura 1: Recorte da capa e página 07 do jornal Novo Horizonte, edição nº 825  
Fonte: Arquivo Novo Horizonte

<sup>5</sup>Apelido pelo qual João Pontes era conhecido popularmente e que adotou como sobrenome durante a campanha eleitoral. Foi também o sobrenome pelo qual alguns jornais optaram por chamá-lo ao mencionar o caso em matérias jornalísticas.



A primeira notícia sobre o Caso João Pontes aparece inserida em uma matéria maior sobre as problemáticas ocorridas na política municipal. Sob o título “Política em crise”, o jornal dedicou meia página, em um espaço nobre (páginas ímpares de jornais) para abordar a conjuntura por que passava o parlamento municipal. É nessa matéria que pela primeira vez o caso João Pontes aparecerá no jornal Novo Horizonte. Ele figura como um entre outros assuntos que a notícia discorrerá. Portanto, é desse texto que será observado de que forma foi feita a primeira abordagem ao caso.

O conflito identificado nessa matéria é a transgressão de uma regra que resultou em uma punição. A personagem João Pontes passa da condição de vereador a detento por acusação de crime de pedofilia. E é assim que ele será apresentado pelo jornal. Os jornais vivem das anormalidades, das coisas que fogem ao comum, que transgridem o equilíbrio lógico da sociedade. João Pontes era um vereador e como tal cumpria um papel social de “representante de povo”. No senso comum, costuma-se admitir que vereadores (e políticos em geral) sejam pessoas íntegras que devem zelar pela decência e outros valores socialmente positivos e que lhe são impostos enquanto pessoas públicas.

Essa transgressão alterou a condição social de equilíbrio de João Pontes (vereador) para uma situação de desequilíbrio (suspeito de um crime), situação essa que levou o fato a tornar-se relevante do ponto de vista jornalístico, e conseqüentemente merecer ser noticiado. Não há progressão de episódios nessa matéria, o que deixa inviável identificar a funcionalidade dos mesmos. A matéria é noticiada como uma suíte (desdobramento de uma matéria anterior), no entanto não há qualquer contextualização para que o leitor entenda o que houve anteriormente. Só é possível ao leitor saber que João Pontes foi preso se tiver obtido essa informação por outros meios (rádio, TV, internet) ou por dedução, já que na notícia ele já figura como detento.

No início da matéria (*lead*) João Pontes é mencionado como vereador que foi indiciado e preso, não há menção a qual seja o crime. Ao retomar a narrativa sobre o personagem no decorrer da matéria, ele é apresentado somente pelo nome João Pontes, não há mais qualquer menção a sua função de vereador. A partir deste momento, ele é apresentado e descrito como um detento acusado de prática de abusos de menores, aliciamento e estupro.

Quanto às estratégias comunicativas, um dado notado no texto é a ausência de fatores comprovadores da verdade jornalística, principalmente para a produção do efeito de real. Não há no texto nenhuma fala das personagens envolvidas na matéria, nem



mesmo de forma indireta. A notícia é construída com base única e exclusiva na fala do narrador, nesse caso o repórter que assina a matéria. Portanto, é difícil saber se o que está se falando é verdade. Não que a presença do discurso direto seja sinônimo de verdade absoluta, como já foi visto, mas ela dá ao leitor a “sensação” de estar ouvindo a fala diretamente da personagem sem intervenção do mediador (jornalista), o que colabora com a produção dos efeitos de real neste leitor.

Outra ausência notada é quanto às fontes utilizadas para a composição da matéria. Assim como as personagens, elas também não estão explícitas, esconde-se na figura do Ministério Público, o que se denota que o informante seja um promotor ou alguém ligado àquela instituição. Não há a identificação do local do ocorrido. João Pontes foi preso, mas onde? Em que circunstâncias? Pela leitura da matéria, descarta-se que ele esteja na penitenciária somente por meio da dedução, pois o texto dá conta de que ele estava detido no Batalhão de Polícia de Parintins. Também não há menção de o porquê dele está detido em cela especial, o que induz o leitor a inferir que seja por motivo da condição de parlamentar que lhe concede essa regalia.

A data do ocorrido também é imprecisa. Não há identificação exata do dia da prisão de João Pontes. Sabe-se apenas que foi no período identificado pelo jornal de “últimos dez dias do mês de abril”. Quanto às estratégias de subjetivação elas estão presentes e podem ser identificadas em alguns fragmentos da matéria como, por exemplo, na linha de apoio, onde lê-se: “Resta aos vereadores ficarem alertas para amenizar de forma correta, limpa e mostrar à opinião pública o lado bom que ainda existe no parlamento local (grifo da autora)”. Ao utilizar a expressão “mostrar à opinião pública o lado bom” na linha de apoio, bem acima das fotos dos três personagens da matéria (vereador Henrique Medeiros, prefeito Bi Garcia e vereador João Pontes), o jornal supõe que os três mostrados seriam o lado ruim da história, os responsáveis ou causadores da crise.

Partindo para o texto, esses efeitos poéticos que subjetivam o texto estão presentes em diversos trechos que serão transcritos. O primeiro trecho onde é possível identificar uma estratégia de subjetivação está no 2º parágrafo da notícia. “Na capital do estado, o Ministério Público Estadual pede a cassação do prefeito Bi Garcia do PSDB e do vice Messias Cursino PDT, acusados de trocar sacolas de ranchos por votos, na eleição de 2008. Aqui a população vive a expectativa de ter o poder democrático, democrático mesmo (grifo da autora)”.





A atenção volta-se para a ênfase que é dada ao termo “democrático”. Ao fazer esse uso, o narrador sugere que a democracia na está sendo cumprida e novamente, acusa de forma indireta os personagens da matéria por essa falta de democracia. Outro trecho onde é possível identificar o uso de estratégias de subjetivação do narrador está no 6º parágrafo da notícia, dessa vez, ele aparece mais explícito com o uso de um ponto de interrogação. “O vereador Carlos Augusto das Neves (PR) propôs a criação de uma CPI. Mas como seria visto perante a opinião pública, a tal CPI na Câmara, investigando os tais aliciadores, se o presidente indiciado seria o primeiro a saber dos fatos?”.

No trecho acima, está explícita a opinião do repórter: um questionamento (dúvida) por meio de um texto que deveria ser afirmativo. Do ponto de vista da isenção jornalística, há uma falha, não pela presença do questionamento, mas por quem o faz, o narrador. A dúvida poderia estar presente, mas na fala de uma fonte, uma personagem, o que não incorreria em transgressão dos efeitos de real, nesse caso acabou por acentuar os efeitos de subjetividade.

E por fim, o último parágrafo da matéria figura como o mais subjetivo dentre os demais, isso porque todo ele foi construído com base na opinião do narrador. “Resta aos vereadores da ilha de Tupinambarana ficarem alertas pra amenizar de forma correta, limpa e tentar mostrar nesses meses vindouros, à opinião pública, o lado bom ainda que existe no parlamento local, do contrário o Ministério Público e a Justiça Comum vão mostrar”. Nesse trecho novamente ele retoma o que afirmou na linha de apoio, volta a apresentar os envolvidos na matéria como o lado ruim da crise.

Na análise acima, foi mostrado detalhadamente como o narrador deixou de utilizar recursos que gerassem no leitor os efeitos de real, em outras palavras, não foi dado ao leitor subsídios para acreditar que o que estava lendo era realmente verdadeiro, como a apresentação de fontes que corroborassem com o que estava sendo dito e as aspas que caracterizam a fala dos entrevistados. Para completar, há muita utilização dos efeitos de subjetividade, o que fez com que a matéria ao ser lida, soasse tendenciosa.

Desde o começo, o narrador afirma que os envolvidos são suspeitos de crimes, mas em nenhum momento utiliza uma fonte afirmando tais colocações e o que é pior, não dá espaço para os envolvidos se defenderem, um dos princípios da prática jornalística: ouvir os dois lados de uma história. Entretanto, um fator pode ser notado, o narrador, ao final do texto dá conta de sua abordagem tendenciosa, e isso fica explícito no final do penúltimo parágrafo quando ele faz uma ressalva.



“Nos dois primeiros casos (pela sequência em que são descritos no texto da notícia, entende-se que os dois primeiros casos sejam o do vereador Henrique Medeiros acusado de corrupção e do vereador João Pontes, de pedofilia) muita água ainda rola debaixo da ponte, porque nossa constituição é clara e nenhuma pessoa pode ser condenada antes de esgotadas todas as medidas de defesa que possui. Os fatos produzidos e reproduzidos nos sites, jornais, rádios, televisões e até MSN dos celulares, deixarão até o fim desta legislatura em 31 de dezembro de 2011 marcada. Agora a própria imprensa deverá ter humildade caso Medeiros e Pontes sejam inocentes, e terão de recontar os fatos”.

É como se o narrador se desse conta de que as afirmações, que fez a respeito das personagens envolvidas, são passíveis de reversão, para tanto, com essa explicação, ele se eximiria da culpa de ter acusado de forma equivocada os envolvidos na notícia. O narrador procura assim, estabelecer uma relação de isenção, de responsabilidade para com o leitor, na tentativa de cumprir a relação de comunicação, quando na verdade essa isenção deveria estar presente na matéria como um todo e não no final dela, ainda mais da forma que aparece como um pedido de desculpa, se justificando, se precavendo de um possível erro que esteja sendo cometido contra os envolvidos.

Pode-se denotar (por meio dos elementos identificados acima) que o fundo moral sobre o qual se desenvolve esta primeira matéria relacionada ao caso João Pontes é a cobrança de uma punição para os culpados. No decorrer de todo o relato, o narrador apresenta os erros cometidos pelos suspeitos (personagens da matéria) e ao final pede a punição para os seus crimes. O narrador se coloca no papel de inquisidor. É como se o narrador falasse pelo leitor ao invés de oferecer mecanismos para que ele mesmo (leitor) ao tomar contato com a leitura tirasse suas conclusões. O narrador, no entanto, as antecipa, o que é denotado pelo tom eminentemente opinativo como o texto foi escrito.

Ao aplicar esses seis passos propostos por Gonzaga Motta em todas as matérias relacionadas ao caso João Pontes, foi possível obter um todo significativo que originou o acontecimento jornalístico para entender como o caso foi construído pelo jornal Novo Horizonte.

### **Acontecimento jornalístico: a síntese do Caso João Pontes**

João pontes é apresentado como o pivô de uma crise que se instaurou na Câmara Municipal de Parintins. Acusado de crime de abuso e exploração sexual de menores, ele



passou de vereador a principal suspeito de cometer esse tipo de crime no município. Após sua prisão, os vereadores parintinenses convocaram uma audiência pública para debater o assunto e as pessoas que foram vítimas de outros agressores começaram a procurar a delegacia para denunciar outros suspeitos de cometer o mesmo crime. João Pontes consegue, por meio de uma liminar, conquistar a liberdade, mas por determinação judicial, retorna a cadeia no mesmo dia porque seu nome é citado como suspeito em outro processo que investiga crimes de pedofilia. Nesse ínterim, a polícia prende o empresário Antonio Almir Vasconcelos que é apresentado como mais uma pessoa envolvida em crime de pedofilia. Pesa sobre Almir acusações de coação a testemunhas e obstrução do processo de investigação, o mesmo crime pelo qual a mulher de João Pontes Adriana dos Santos também foi detida. Os promotores de justiça, alegando estar sofrendo ameaças, perseguição, obstrução do curso do processo, convocam uma coletiva de imprensa e prometem apontar o nome de 13 suspeitos de envolvimento em crime de pedofilia e relatar também a existência de uma possível rede de prostituição no município. Mas no decorrer da coletiva, as acusações se voltam contra João Pontes a quem atribuem a autoria da maioria dos atos que desencadeou a convocação da coletiva. O vereador agora completa 84 dias detido e aguarda sentença para o mês de agosto quando será atestada sua culpa ou inocência.

### **Considerações finais**

O objetivo fundamental do trabalho foi investigar como o jornal Novo Horizonte construiu o relato do caso João Pontes nos três meses que sucederam sua prisão a partir da abordagem dos estudos da produção de sentido proposta pela análise pragmática da narrativa jornalística em diálogo com os conceitos de valores-notícias, critérios de noticiabilidade, objetividade e outros critérios jornalísticos. O Caso João Pontes analisado do ponto de vista de um *acontecimento jornalístico* mostrou que foi um fato importante, merecedor de todo o destaque dado pela imprensa parintinense e até mesmo de fora do município.

Pelos movimentos propostos por Gonzaga Motta, foi observado que o escândalo envolvendo um vereador acusado de crime de abuso e exploração sexual de menores possuía todos os elementos que o tornaram relevante de acordo com os critérios de noticiabilidade. Entre eles, a importância dos envolvidos (político); a proximidade (o caso ocorreu aqui e não em outro lugar); teve crianças como vítimas, fator que cria



sentimento de comoção no público, o que Nilson Lage caracterizou de notícias que buscam vencer a barreira social por meios de relações existenciais. O primeiro ponto de inquietação sobre a forma como o caso foi apresentado no jornal foi o tratamento dado as matérias.

Na maioria delas, o jornal noticiou os fatos como suíte, o que na literatura jornalística significa o desdobramento de uma matéria anterior. A hipótese para esta ocorrência é de que, sendo o jornal Novo Horizonte um meio entre tantos outros que integram o Sistema Alvorada de Comunicação (como está disposto no capítulo que trata da descrição do Novo Horizonte) os jornalistas trataram o leitor do Novo Horizonte como um ouvinte/telespectador do Sistema Alvorada e escreveram um texto impresso para este leitor que eles (os jornalistas) já supunham ter se informado sobre o caso na TV, no rádio e no site da empresa, o que do ponto de vista da análise foi uma falha.

O jornalista deve fornecer ao leitor/ouvinte/telespectador todos os subsídios para que este entenda o que está sendo noticiado no meio em que ele está tendo acesso a notícia, nesse caso o jornal impresso. Dedução não cabe no jornalismo, como afirmou Felipe Pena, jornalismo é lugar da redundância, é ela que efetiva realmente a comunicação. Portanto, esta foi uma das primeiras falhas notadas na divulgação do caso pelo Novo Horizonte: a ausência de elementos textuais que dessem conta da contextualização do caso por parte do leitor.

Outra falha detectada durante a análise é a excessiva citação ao nome de João Pontes como referência para todo e qualquer assunto que envolvesse o tema pedofilia divulgado pelo jornal. Isso foi notado em matérias que não tratavam diretamente do caso, mas que seu nome aparecia como referência principal, exemplo ou comparação. A excessiva citação do nome de Pontes se contrapõe a uma das que foram consideradas a maior falha do jornal durante a cobertura do caso: a não destinação de espaço para a defesa do acusado. Em nenhuma das matérias sobre o caso, divulgadas pelo Novo Horizonte, foi ouvida a versão da personagem principal: o vereador João Pontes.

Em nenhuma das matérias que foram analisadas no trabalho, há sequer menção de que o acusado não quis falar sobre o assunto, o que denota claramente que o jornal não o procurou para ouvi-lo, evidenciando uma falha grave por parte de quem noticiou esse conjunto de matérias. É um dos princípios fundamentais do jornalismo, ouvir as partes envolvidas. Todas as matérias foram construídas com base em depoimentos de autoridades, como promotores, juízes e delegados que cuidavam do caso, ou seja, as matérias possuem somente uma versão.



As vítimas do caso, segundo o jornal, são menores. Essa informação também é muito vaga. Não se buscou apurar quem eram essas meninas, como ocorriam esses abusos, e outros pormenores que pudessem tornar o caso mais compreensível. Novamente quem afirma que são menores são as autoridades. Essas foram falhas detectadas do ponto de vista do conteúdo das notícias. Em relação à apresentação das matérias, ou seja, como elas figuraram no jornal, encontram-se também algumas observações.

O jornalismo como vimos vive de criar expectativas, de atizar a curiosidade do leitor, de fazer esse leitor adquirir um jornal para se manter informado. Em outras palavras ele vende uma mercadoria: a notícia. E para vender, ele precisa ser atrativo, ter boas manchetes que chamem a atenção. No Novo Horizonte nota-se claramente a mal-utilização de um espaço privilegiado do jornal que é a capa, a vitrine para o leitor.

O caso João Pontes configurou-se como uma notícia de destaque no período em que ocorreu sua divulgação. Cada novo episódio era interessante para o leitor que esperava saber mais e mais do assunto, portanto era certeza de audiência a divulgação qualquer matéria relacionada ao caso. Esse fator foi observado pela mídia parintinense em geral que passou a explorar cada desdobramento do assunto. O jornal Novo Horizonte também o fez, mas pela análise ficou evidenciado que não soube fazê-lo ou o fez de forma ineficiente.

Das sete matérias ligadas ao caso e que foram publicadas em seis edições usadas na análise, três estavam diretamente relacionadas ao Caso João Pontes, ou seja, ele figurava como o assunto principal, nas demais, seu nome foi apenas citado na matéria. Foram elas as principais: 1) a prisão do vereador, ainda por suspeita de envolvimento em crime de pedofilia; 2) a soltura e prisão no mesmo dia e 3) o anúncio de seu julgamento pela justiça. Justamente as matérias em que o caso merecia destaque, onde os critérios de noticiabilidade estavam mais evidentes o jornal deu pouca importância para essas notícias ao não colocá-las na capa. Ou seja, o jornal quis dizer para o leitor que ele não as considerava importante do ponto de vista jornalístico.

O jornal Novo Horizonte se denomina como um jornal católico, e como é sabido, não existe uma categorização que defina ou que dê conta de explicar detalhadamente um gênero desse tipo. Jornalismo é um gênero, não existe jornalismo católico, existem empresas católicas, grupos e denominações religiosas que fazem jornalismo. Nas matérias analisadas, não se detectou nenhum aspecto que comprove que o Novo Horizonte expôs seus pontos de vista ideológicos católicos sobre o caso no



decorrer da matéria, no entanto é notável como o jornal minimizou o enfoque às matérias que tratavam diretamente da divulgação desse crime.

Pela análise, notou-se ainda muitas ausências que tornaram o relato vago, parcial, tendencioso e pouco informativo, não cumprindo com uma característica do jornalismo impresso que é o aprofundamento de notícias que já foram amplamente divulgadas por outros meios (sites, TVs, rádios). Não foi pretensão deste trabalho esgotar o tema proposto, mesmo porque trata-se de uma análise entre tantas outras que poderiam ser empreendidas acerca deste caso. Entre as quais, estudos voltados para a recepção, que dêem conta de compreender como o leitor interpretou esse caso. São sugestões a serem consideradas para estudos posteriores.

## REFERÊNCIAS

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. **Introdução à análise da narrativa**. São Paulo: Scipione, 1995.

AMARAL, Luiz. **Jornalismo: matéria de primeira página**. 6. ed. atual e ampliada. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008.

BARROS FILHO, Clóvis; LOPES, Felipe Tavares Paes; PERES NETO, Luiz; PRADO, Magaly (organizadora). **Teorias da comunicação em jornalismo: reflexões sobre a mídia**. São Paulo: Saraiva, 2010.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). **Pesquisa social: teoria e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público**. São Paulo: Contexto, 2006.

JORGE, Thaís de Mendonça. A entrevista. In: \_\_\_\_\_. **Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas**. São Paulo: Contexto, 2008.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. Traduzido por Wladimir Dupont. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.

\_\_\_\_\_. **Linguagem jornalística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.



LIMEIRA, Michele Boff da Silva. **Questões em torno da comunicação católica: a produção jornalística na Rede Vida.** UPF/Centro Universitário Instituto Porto Alegre – IPA, RS. UNIREVISTA – vol. 1, nº 3, 2006. Disponível em [www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIREV\\_Limeira.PDF](http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIREV_Limeira.PDF) acessado em 03 de outubro de 2011.

MARTINS JÚNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Universidade Federal de Santa Catarina. 1997. Disponível em <[www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt)> acessado em 02 de setembro de 2011.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise pragmática da narrativa jornalística.** In: **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo.** LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (orgs.), 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PATACO, Vera Lucia Paracampos; VENTURA, Magda Maria; RESENDE, Érica dos Santos. **Metodologia para trabalhos acadêmicos e normas de apresentação gráfica.** Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2004.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo.** 2. ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discurso.** 2. ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

PIRES, Paulo Vitor Giraldi. **Questões em torno do uso da televisão pela Igreja Católica: a presença do discurso religioso no jornalismo da Rede Vida.** 2010. Disponível em <<http://www2.metodista.br>> acessado em 03 de outubro de 2011.

**REVISTA RÁDIO ALVORADA 40 ANOS.** Parintins: Gráfica Moriá, outubro de 2007.

SANTOS, Antonio Raimundo. **Metodologia científica: a construção do conhecimento.** 7. ed. revisada conforme NBR 14724. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SOUZA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media.** 2006. Disponível em <[www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt)> acessado em 24 de agosto de 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são.** 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.